



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MARIA PÂMELLA THAISE DA SILVA FREIRE**

**POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA**

**CAMPINA GRANDE  
2019**



**MARIA PÂMELLA THAISE DA SILVA FREIRE**

**POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA**

Artigo científico apresentado a Universidade Estadual da Paraíba para a conclusão do curso de Pedagogia, como requisito principal à obtenção do título de licenciatura em pedagogia  
Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiola Mônica da Silva Gonçalves

**CAMPINA GRANDE  
2019**



É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F866p Freire, Maria Pamella Thaise da Silva.  
Possibilidades pedagógicas para inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista – TEA [manuscrito] / Maria Pamella Thaise da Silva Freire. - 2019.  
22 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Fabiola Mônica da Silva Gonçalves, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Formação pedagógica. I. Título  
21. ed. CDD 371.9

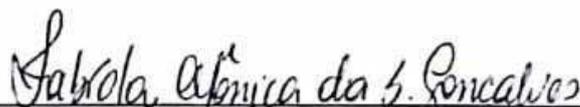
MARIA PÂMELLA THAISE DA SILVA FREIRE

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE  
ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

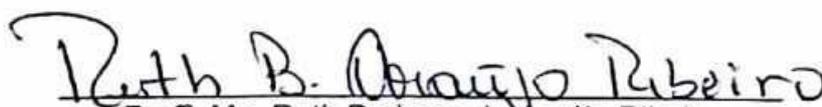
Artigo científico apresentado a  
Universidade Estadual da Paraíba  
para a conclusão do curso de  
Pedagogia, como requisito principal  
à obtenção do título de licenciatura  
em pedagogia  
Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 13/11/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Mônica da Silva Gonçalves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Sampaio Braga  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



A minha família e ao noivo amado, DEDICO.

“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais no seu direito de voar.”

(Jessica Del Carmen Perez)



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO .....	12
2.2 NOÇÕES CONCEITUAIS .....	13
2.3. LIMITES E POSSIBILIDADES DOS MÉTODOS ABA E TEACCH NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA .....	15
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Maria Pâmella Thaise da Silva Freire<sup>1</sup>

### RESUMO

O autismo tem sido tema de importantes debates, tanto em âmbito nacional quanto global. Dependendo da gravidade e da especificidade de cada caso, algumas crianças autistas podem no futuro chegar a desenvolver uma vida independente, enquanto que outras irão precisar continuamente de suporte familiar como dos serviços sociais e nos casos mais graves terão de recorrer a instituições especializadas. De fato, à educação inclusiva tem como um dos obstáculos para os professores, a integração em sala de aula dos alunos com características diferentes daquelas que já estão pré-estabelecidas pela sociedade. É um desafio promover para essas crianças um ambiente educativo acolhedor em sala de aula para que elas possam ter acesso as mesmas oportunidades que os demais alunos. No entanto, nem sempre a formação profissional capacita para lidar com essa demanda. O que torna pertinente questionarmos como tornar esses professores mais qualificados para receber tais alunos em sala de aula tornando-os participativos nos conteúdos curriculares oferecidos pela escola? O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as dificuldades encontradas pelos educadores no processo de ensino/aprendizagem de alunos com TEA a fim de contribuir para a melhor qualidade de ensino disponibilizada nas instituições escolares. O interesse pelo presente tema surgiu a partir de várias experiências vivenciadas nas escolas em estágio pedagógico não obrigatório (entre os anos de 2014 a 2016 na Escola Virgem de Lourdes, escola particular, localizada em Campina Grande – PB, onde foi possível identificar a dificuldade e a falta de preparação pedagógica de muitos professores, a falta de materiais pedagógicos que favorecessem a inclusão de alunos especiais na rede de ensino regular. Para que se efetive uma prática pedagógica inclusiva, se faz necessário investimento na formação de professores com condições profissionais que promovam um atendimento escolar que almeje a superação das limitações que o aluno venha apresentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva, Autismo, Formação Pedagógica.

### ABSTRACT

Autism has been the subject of important debate, both nationally and globally. Depending on the severity and specificity of each case, some autistic children may eventually develop independent living, while others will continually need family support as well as social services and in the most severe cases will need to resort to specialized institutions. In fact, inclusive education has as one of the obstacles for teachers, the integration in the classroom of students with different characteristics

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
E-mail: pamellathaysesf@gmail.com

from those that are already pre-established by society. It is a challenge to provide these children with a welcoming educational environment in the classroom so that they can access the same opportunities as other students. However, vocational training is not always able to cope with this demand. What makes it pertinent to question how to make these teachers more qualified to receive such students in the classroom by making them participative in the curriculum content offered by the school? This paper aims to present the difficulties encountered by educators in the teaching / learning process of students with ASD in order to contribute to the better quality of education available in school institutions. The interest in this subject arose from several experiences in schools in non-compulsory pedagogical internship (from 2014 to 2016 at the Escola Virgem de Lourdes, private school, located in Campina Grande - PB, where it was possible to identify the difficulty and the lack of pedagogical preparation of many teachers, the lack of pedagogical materials that would favor the inclusion of special students in the regular school system. In order to achieve an inclusive pedagogical practice, it is necessary to invest in the formation of teachers with professional conditions that promote a school attendance that aims to overcome the limitations that the student may present.

**KEYWORDS:** Inclusive Education, Autism, Pedagogical Training.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é algo que causa nos professores muitos questionamentos positivos e negativos, pois ela carrega consigo a responsabilidade de integrar e educar crianças e jovens com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação trazendo resultados positivos com qualidade e eficiência de forma equiparada a todo indivíduo que esteja incluído dentro do ensino regular seja ele público ou privado.

O autismo tem sido tema de importantes debates, tanto em âmbito nacional quanto global. No Brasil, por motivos diversos, as iniciativas governamentais propriamente direcionadas ao acolhimento das pessoas com diagnóstico de autismo desenvolveram-se de forma lenta e tardia.

Dependendo da gravidade e da especificidade de cada caso, algumas crianças autistas podem no futuro chegar a desenvolver uma vida independente, enquanto que outras irão precisar continuamente de suporte familiar como dos serviços sociais e nos casos mais graves terão de recorrer a instituições especializadas.

De fato, a educação inclusiva tem como um dos obstáculos para os professores, a inclusão em sala de aula regular dos alunos com características diferentes daquelas que já estão pré-estabelecidas pela sociedade. É um desafio promover para essas crianças um ambiente educativo acolhedor em sala de aula para que elas possam ter acesso as mesmas oportunidades que os demais alunos e que dessa forma a escola possa observar e começar a realizar um atendimento educacional especializado consoante com a limitação de cada criança e jovem com vista a um aprendizado que favoreça o desenvolvimento integral desses alunos, nas dimensões afetivas, cognitivas e sociais que os constituem.

Nessa direção da formação pedagógica e metodológica na perspectiva da educação inclusiva há métodos educacionais que auxiliam a lidar com pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado melhorando a qualidade de vida e de aprendizagem de cada aluno, e a escola pode realizar ações e projetos de conscientização com a comunidade escolar que busquem esclarecer as dúvidas de pais, alunos e funcionários para que todos tenham o conhecimento sobre o tema e que saibam agir de forma adequada.

Cada vez mais as escolas estão recebendo e atendendo alunos com algum tipo de deficiência. É observado que elas aceitam essas crianças por receio de que algum dos genitores possa entrar com alguma ação judicial, e com isso, venham a prejudicar a reputação da instituição. Isso faz com que essas crianças sejam matriculadas em escolas que não possuem nenhuma metodologia didático-pedagógica voltada para o atendimento da sua necessidade especial ou que não possuam professores qualificados para exercer essa inclusão pedagógica e garantir que elas tenham seus direitos de aprendizagem assegurados para uma educação de qualidade e equânime.

No entanto, nem sempre a formação profissional capacita para lidar com essa demanda. O que torna pertinente questionarmos como tornar esses professores mais qualificados para receber tais alunos em sala de aula tornando-os participativos nos conteúdos curriculares oferecidos pela escola? Na melhor das hipóteses seria crucial uma apresentação, para esses professores, dos métodos que são mais utilizados para facilitar o desenvolvimento educacional das pessoas com autismo, são eles: Applied Behavior Analysis (Análise Comportamental Aplicada) - ABA e o Treatment and Education of Related Communication Handicapped Children (Tratamento e Educação de Crianças com Deficiências de Comunicação Relacionadas) - TEACCH. Estes, dentre outros, são métodos desenvolvidos para amenizar os sintomas comportamentais, sociais e cognitivos que o autismo apresenta.

É possível, que ao tornar esses professores conhecedores dessas metodologias favoreceria ao aluno autista o entendimento de que ele está inserido no ensino regular em uma sala de aula assim como seus outros colegas com e sem deficiência. Com isso, o autista se tornaria mais receptível aos conteúdos escolares e com os avanços obtidos na aprendizagem teria a autonomia necessária para que se sentisse acolhido e adaptado a rotina pedagógica da sala de aula e menos angustiado e ansioso no ambiente escolar.

O atual modelo educacional preconiza a integração do aluno que possui alguma limitação ou dificuldade de se desenvolver cognitivamente e socialmente deve começar a partir da aplicação de uma metodologia de ensino que incentive os professores a apresentarem novas formas de incluir os seus alunos que demonstrem algum tipo de limitação, fazendo com que a sala de aula se torne um ambiente de relações horizontais ao invés de incitar o preconceito entre as diferenças. Assim, de que forma os professores podem trabalhar a integração satisfatória na aplicação dos conteúdos para alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA que facilite a adaptação no âmbito escolar?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as dificuldades encontradas pelos educadores no processo de ensino/aprendizagem de alunos com TEA a fim de contribuir para a melhor qualidade de ensino disponibilizada nas instituições escolares. Para tal, tem como objetivos específicos:

(i) Apresentar a concepção médica sobre o TEA, bem como a garantia dos direitos de aprendizagem dessas crianças; (ii) Destacar as contribuições dos métodos ABA e TEACCH que facilitam a inclusão escolar de alunos com TEA, e; (iii) Contribuir para a melhoria do avanço educacional direcionado a crianças autistas.

O interesse pelo presente tema surgiu a partir de várias experiências vivenciadas nas escolas em estágio pedagógico não obrigatório (entre os anos de 2014 a 2016 na Escola Virgem de Lourdes, escola particular, localizada em Campina Grande – PB, onde foi possível identificar a dificuldade e a falta de preparação pedagógica de muitos professores, a falta de materiais pedagógicos que favorecessem a inclusão de alunos especiais na rede de ensino regular. Para que se efetive uma prática pedagógica inclusiva, se faz necessário investimento na formação de professores com condições profissionais que promovam um atendimento escolar que almeje a superação das limitações que o aluno venha apresentar. Além disso, na sala de aula o professor não consegue desenvolver uma metodologia adequada quando não se tem o profissional especializado para lhe auxiliar de forma pedagógica na inclusão do aluno.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O transtorno do espectro autista durante muito tempo foi classificado pela psiquiatria enquanto uma psicose estabelecida a partir de alterações funcionais e

orgânicas. Atualmente, é concebido como um transtorno que trás dificuldade de integração ambiental, ao passo que cria limites para o processo de desenvolvimento da autonomia, causando prejuízo na qualidade de vida.

### **2.1 BREVE HISTÓRICO**

Casos isolados de crianças que apresentavam perturbações mentais graves já vinham sendo descritos desde o início do século XIX. Tais casos eram caracterizados por crianças com graves distorções do processo de desenvolvimento. Durante esta época, tais perturbações foram nomeadas como psicoses, acreditando se tratar de alterações funcionais que surgiam em um organismo previamente saudável (RUILOBA, 1999).

Em 1943 um austríaco identificou cientificamente uma síndrome que denominou de autismo, Leo Kanner, pedopsiquiatra. Um ano depois, estudiosos alemães publicaram um artigo no qual descrevia um grupo de crianças com características muito semelhantes às de Kanner, denominando igualmente de autismo a síndrome (MARQUES, 2000). De acordo com Bosa (2002),

Kanner, em seus estudos, observava que as crianças autistas possuíam determinada dificuldade de relacionamento interpessoal, de modo que em muitos casos não respondiam ao que provinha do exterior. Ao mesmo tempo concebia estas crianças como inteligentes, embora muitas vezes não o demonstrassem (BOSA, 2002, p. 02-03).

Para ambos os investigadores, o autismo consiste numa perturbação de natureza social e afetiva, de maneira que o indivíduo apresenta dificuldades para se adaptar socialmente, apresentando movimentos repetitivos e desempenhos cognitivos e intelectuais surpreendentes (ALEXANDRE, 2010).

## 2.2 NOÇÕES CONCEITUAIS

De acordo com o DSM – 5, o Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. A Tríade é responsável por um padrão de comportamento restrito e repetitivo, mas com condições de inteligência que podem variar do retardo mental a níveis acima da média.

Consiste em uma síndrome comportamental, sendo caracterizada clinicamente por três distúrbios específicos, observados na socialização e comunicação, na limitação da atividade criativa e por possuir interesses restritos (LEVY, 2000).

Esta deficiência apresenta-se de forma grave e crônica e chega a comprometer o desenvolvimento normal da criança, manifestando-se antes dos três anos de idade. Apresentam reações anormais frente a diversas experiências como ouvir, ler, ver, tocar, equilibrar, degustar e sentir. Seu relacionamento com outros indivíduos, com objetos e eventos acontece de maneira incomum, muitas vezes levando a suspeitar-se de um comprometimento orgânico do sistema nervoso central em diversos níveis (GAUDERER, 1993).

Segundo Marques (2000), outras perturbações podem estar associadas à síndrome, que seriam a hiperatividade, restrições a nível da capacidade de atenção, impulsividade, agressividade, comportamentos de autoagressão, birras frequentes, instabilidade ao nível do afeto e do humor, entre outros.

No que tange ao ordenamento pátrio, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, define transtorno do espectro autista como uma síndrome clínica caracterizada a que deve se destinar uma política nacional de proteção dos direitos da pessoa própria e que leve em consideração as limitações oriundas desta patologia.

Diante disto, o art. 1º, em seus parágrafos primeiro define a doença como:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, p.01).

Ainda que haja uma celeuma por parte de parcela dos profissionais da saúde, em seu parágrafo segundo, o referido artigo vai estabelecer que o autismo deva ser classificado enquanto deficiência para todos os efeitos legais.

No que tange a garantia de direitos, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, de acordo com art. 2º, deve estabelecer:

A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III- a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País. Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado. (BRASIL, 2012. p. 01).

De acordo com a Ministério da Saúde, o autismo é definido como uma síndrome presente desde a época do nascimento, manifestando-se antes dos 30 meses (BRASIL, 2014). Apresenta-se como uma incapacidade nas relações sociais, tanto na linguagem verbal como não verbal, por respostas anormais a estímulos visuais, auditivos, problemas de relacionamento como a incapacidade de manter contato ocular, ligação social e jogos de grupo, resistência à mudança, ligação a objetos estranhos e brincadeiras estereotipadas, e pouca imaginação. Sua inteligência também pode variar entre quociente acima da média, normal ou baixo (GAUDERER, 1993).

Várias formas de tratamento vêm sendo estudadas e implementadas na tentativa de fornecer um melhor caminho para abordar e enfrentar esta patologia. Porém, cada criança apresenta características que lhes são bastante específicas, de maneira que não se torna possível a existência de métodos abrangentes ou globais que possam ser aplicados em todas as crianças (MARQUES, 1998).

De acordo com Galvão (2014),

Atualmente é sabido que não lidamos com o autismo, mas com autismos, com etiologias diversas, uma vez que uma criança com autismo não é igual a outra, e que apesar de comungarem dos principais critérios que definem uma pessoa com autismo, os graus dessa síndrome são os mais variados, indo do traço autístico até um grau mais severo. O desafio preponderante para a comunidade

científica é que até mesmo duas pessoas tidas como autistas leves não apresentam, necessariamente, os mesmos sintomas e nos mesmos graus (GALVÃO, 2014, p.15).

Segundo Oliveira (2003), a intervenção terapêutica para o autismo deve iniciar o mais precocemente possível, já na primeira infância, e para isso se faz de suma importância a ocorrência de um diagnóstico precoce. De maneira que uma intervenção adequada depende exclusivamente de uma verificação precoce dos sinais e sintomas, que por vezes no 1ª ano de vida da criança é difícil de diagnosticar. Geralmente o diagnóstico é efetuado no 2º ou 3º ano de vida.

Para Hollerbusch (2001) o importante é que a intervenção tenha início tão cedo quanto possível por diversos motivos, tendo em vista que a intervenção precoce poderá diminuir o aparecimento de problemas de comportamento secundário e intervir nas áreas de desenvolvimento onde existem déficits específicos. Através de avaliação cuidadosa, as crianças podem aprender a ter comportamentos mais normalizados.

Numa segunda fase o foco consiste em alargar as relações e para isso é recomendado a entrada no sistema educacional (creche ou jardim de infância), para que possa ter um acompanhamento individualizado e ao mesmo tempo possa desenvolver contato com outras pessoas, além de familiares (OLIVEIRA, 2003).

A estimulação intensiva em crianças pequenas não se mostra muito viável. Contudo, os programas de intervenção precoce podem fornecer um apoio significativo à criança e à família, facilitando o processo de adaptação global, permitindo a redução do stress familiar e intervindo em vários campos de forma a possibilitar uma melhor adaptação da criança (ALEXANDRE, 2010).

Apesar dos avanços no âmbito normativo, na prática, a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência ainda possui limites quando de sua execução prática. Ademais, esse modelo de educação padronizada prejudica alunos que não se adaptam as normas de ensino vigente. Se faz necessário a quebra desse modelo para que os professores sejam estimulados a superar suas expectativas em busca de novos meios de ensinar seus alunos por meio de situações didáticas inclusivas de aprendizagem, evidenciando assim, que é possível alcançar novas metas a partir de uma mudança pedagógica positiva. A inclusão, portanto, amplia a mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar. (MANTOAN, 2003).

### 2.3. LIMITES E POSSIBILIDADES DOS MÉTODOS ABA E TEACCH NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

O processo de inclusão de crianças deficientes na escola regular baseia-se no atendimento e na inserção dentro de um ambiente que seja favorável para o seu avanço e consolidação da sua presença. Sendo assim respeitado e reconhecida em suas diferenças, para que se crie uma interação positiva de grande valor dela com o meio em que está inserida.

O ambiente escolar, os gestores juntamente com a equipe pedagógica assim que inicia o processo de acolhimento dessas crianças acabam por se comprometerem a fazer com que ela se desenvolva e obtenha resultados satisfatórios dentro do meio acadêmico excluindo qualquer tipo de preconceito que por ventura possa prejudicar sua interação com o grupo escolar.

Os alunos que possuem autismo devem receber um atendimento direcionado. Para tanto, é essencial que toda a comunidade escolar seja preparada para lidar com as demandas específicas dessa realidade. Lembra Itard (2019) que:

A maioria das crianças com autismo parecem ter uma dificuldade em aprender a participar do “dar e receber” da interação social. Sendo assim, é comum, nos primeiros meses de vida, os pais queixarem que seus filhos não interagem e evitam o contato visual, não se importam em que colo estão, podem resistir à atenção ou aceitar passivamente abraços e carinhos. Sinais sociais sutis como um sorriso, um piscar de olhos, ou uma careta, podem ter pouco significado. Em sala de aula, um “bonito, hein!” pode significar que a criança foi elogiada ou que foi flagrada copiando a tarefa do colega, por exemplo. O que vai diferenciar o sentido da frase é a intenção expressa pela professora. Para uma criança que apresenta falha na leitura destas intenções, pode ser uma situação constrangedora frente aos colegas e a professora; (ITARD, 2019, p. 01).

Atualmente existem muitos métodos que contribuem para o avanço intelectual de crianças autistas, no Brasil se destacam dois modelos de intervenção escolar com a finalidade de diminuir os sintomas do autismo que são classificados como inadequados para a convivência escolar. São eles, ABA e TEACCH que são os mais aconselháveis a aplicação e contenção comportamental que auxiliam na organização social do aluno autista (BOSA. 2006).

A análise de comportamento aplicada (Applied Behavior Analyses) – ABA é uma prática da psicologia voltada para o comportamento e que apresenta resultados positivos em sua aplicação, pois, se adaptou muito bem em crianças diagnosticadas com autismo ou que possuem traços do espectro autista (BOSA. 2006). O ABA é direcionado a melhorar o comportamento em sua individualidade funcionando como uma prática sistematizada.

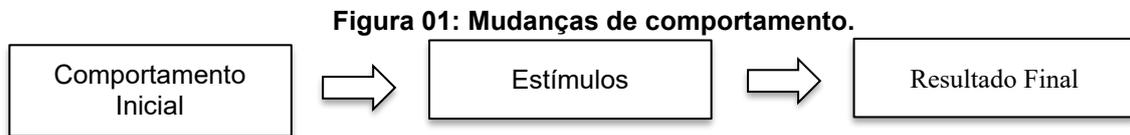
Este método precisa ser aplicado por uma pessoa especializada e que esteja presente no dia a dia da criança para que ela possa receber os estímulos de cada comando apresentado e assim alcançar os resultados. Tais estímulos condicionam a criança a se organizar mentalmente fazendo com que ela perceba onde está obtendo êxito (FERNANDES; AMATO, 2013). Para isso é oferecido um reforço positivo como “premiação” por uma atividade bem realizada, e para tornar mais interessante esse reforço pode ser algo do agrado da criança como por exemplo doces, brinquedos e passeios. Caso ela não consiga resultados agradáveis o reforço é retirado para que ela perceba que ágil de forma errônea.

A união do comando verbal ao reforço positivo depende do grau de desenvolvimento e dependendo do avanço o reforço concreto e retirado restando apenas o comando verbal ao modo que a criança responda positivamente apenas a elogios e demonstrações de afeto. O Modelo de ensino ABA é uma metodologia voltada para o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e social que utiliza técnicas estrategistas que busca desenvolver a aprendizagem em partes fragmentadas para que se possa conseguir resultados positivos e isolados do todo (BOSA, 2006).

Essa prática permite que a atividade possa ser repetida várias vezes envolvendo a criança em períodos de concentração e assim aumentar sua tolerância ao tempo de forma gradativa (FERNANDES; AMATO, 2013). Essa terapia em apresentado pontos positivos em relação ao comportamento da criança

facilitando assim sua inserção no ambiente escolar, aumentando sua socialização e autonomia.

Exemplo:



Fonte: Elaboração própria (2019)

O ABA funciona tanto para fazer a modificação de um comportamento inadequado como para manter também os comportamentos adquiridos de forma positiva. Apresenta resultados positivos para crianças de diferentes níveis dentro do espectro autista, funciona como treinamento que busca recuperar as habilidades em sua essência na criança.

O tratamento com o ABA se inicia com uma avaliação no nível da criança quais os problemas apresentados e as partes afetadas pelo autismo, para que se possa desenvolver um programa diferente e estruturado de acordo com cada criança (SILVA NETO et alli, 2013). Assim, se concentra na medição confiável e avaliação objetiva do comportamento observável. (ITARD, 2009).

Para a criação desse método é observado os objetivos que se querem alcançar com a criança e assim a criança irá desenvolver as necessidades que ela precisa tornando-se independente. O ABA busca desenvolver as habilidades da criança em sua forma comportamental onde o autismo afeta de forma direta: contato visual, comunicação, atividades escolares (leitura e escrita) e auxilia a criança na parte pessoal buscando diminuir os comportamentos inadequados como agressões físicas e verbais, estereotípias e fugas repentinas que interferem bastante no desenvolvimento da criança no ambiente escolar (FERNANDES; AMATO, 2013)

O segundo método utilizado no Brasil é o Tratamento e Educação de Crianças Autistas com Limitações na comunicação (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children) – TEACCH. Ele é aplicado para ajudar a desenvolver a compreensão da comunicação e na interação com meio social (TRAMUJAS, 2010).

O método TEACCH utiliza uma avaliação chamada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) para avaliar a criança (MELO, 2007). Tendo como objetivo:

Apoiar o portador de autismo em seu desenvolvimento para ajudá-lo a conseguir chegar a idade adulta com o máximo de autonomia possível. Isto inclui ajudá-lo a compreender o mundo que o cerca através da aquisição de habilidades de comunicação que lhe permitam relacionar-se com outras pessoas, oferecendo-lhes, até onde for possível, condições de escolher de acordo com suas próprias necessidades (TRAMUDAS, 2010, p. 41)

O TEACCH está estruturado na psicologia comportamental e na psicopedagogia que irá auxiliar a gerar o ambiente propício para a interação de forma adequada ao meio social, trabalhando a expressividade de cada criança autista. Todos esses processos devem ser acompanhados pelos pais e terapeutas

para certificarem que a aplicação está sendo feita de forma correta (TRAMUJAS, 2010). Nesse sentido, o Itard (2019) leciona que:

O método TEACCH utiliza uma avaliação denominada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) para avaliar a criança e determinar seus pontos fortes e de maior interesse, e suas dificuldades, e, a partir desses pontos, montar um programa individualizado. (ITARD, 2019, p. 01).

Ou seja, trata-se de um método que se baseia na particularidade do autismo em cada criança buscando criar uma estrutura pedagógica de ensino com uma abordagem mais terapêutica que auxilie a criança em suas necessidades.

Ainda conforme Tramuja (2010) Um grande ponto positivo deste método é que ele pode ser utilizado em vários ambientes e se adequa a cada um com grande facilidade sem perder sua qualidade as terapias que ele oferece são possíveis de serem aplicadas na escola, em casa, ambientes externos, passeios e para isso se faz necessário a presença e dedicação dos pais ou responsáveis pela criança.

De forma prática, pode-se entender que esse método:

O TEACCH se baseia na adaptação do ambiente para facilitar a compreensão da criança em relação a seu local de trabalho e ao que se espera dela. Por meio da organização do ambiente e das tarefas de cada aluno, o TEACCH visa o desenvolvimento da independência do aluno de forma que ele precise do professor para o aprendizado de atividades novas, mas possibilitando-lhe ocupar grande parte de seu tempo de forma independente. (ITARD, 2019, p. 01).

Logo, é preciso esclarecer que caso o método seja aplicado com vigor dentro da rotina diária pode-se obter resultados positivos pois mostra a criança uma organização estruturada na qual ela pode confiar esse sentir confortável para se desenvolver (RIESGO, 2006). Ou seja, para além das questões subjetivas, também leva em consideração as características objetivas.

É preciso, portanto, considerar os elementos que estão dispostos e com os quais a criança com autismo terá contato no ambiente escolar. Ademais, O TEACCH possibilita a criação de uma rotina direcionada as atividades do cotidiano da criança e que estão correlacionadas aos fatores do processo de ensino e aprendizado em seu plano teórico.

Analisando as questões inerentes ao ambiente, Melo (2007) leciona que:

Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente. (MELO, 2007, p. 37).

O TEACCH leva em consideração os pontos positivos e os pontos fracos de cada criança e para isso ele se adequa para agir no bloqueio socio comunicativo da criança. Ou seja, leva em consideração as características específicas de cada criança ao qual será aplicado o instrumento. Ademais, Itard (2019) esclarece que:

Partindo do ponto de vista de uma compreensão mais aprofundada da criança e das ferramentas de que o professor dispõe para lhe dar apoio, cada professor pode adaptar as idéias gerais que lhe serão oferecidas ao espaço de sala de aula e aos recursos disponíveis, e até mesmo às características de sua própria personalidade, desde que, é claro, compreenda e respeite as características próprias de seus alunos. (ITARD, 2019, p. 01).

A presença dos pais e da equipe pedagógica escolar facilita o avanço e na superação de cada obstáculo encontrado (RIESGO, 2006). Tem como objetivo principal desenvolver a criança e suas etapas como um todo diferente do ABA que fraciona essas mesmas etapas.

Desse modo a criança aprende a ter autonomia própria sobre si e sobre suas relações sociais. O TEACCH pode ser trabalho juntamente a outras terapias que aumentam a capacidade de concentração e efetuação de comandos solicitados, tais como: equoterapia, natação, jogos escolares (vôlei, futsal, basquete) e circuitos recreativos estruturam comportamentos positivos (TRAMUJAS, 2010).

Cumpramos ressaltar que, ainda que utilizado e recomendado para educadores, como quaisquer outros métodos, o TEACH, possui limitações quanto a sua efetivação prática e a produção de resultados. Entre alguns desses pontos, Melo (2007) esclarece que:

As maiores críticas ao TEACCH têm sido relacionadas à sua utilização com crianças de alto nível de funcionamento. A nossa experiência tem mostrado que o TEACCH, adequadamente usado, pode ajudar muito estas crianças. Temos conseguido resultados acima do esperado, não de forma súbita e milagrosa, mas como fruto de um trabalho demorado e sempre voltado para as características individuais de cada criança. (MELO, 2007, p. 01).

Ou seja, para aquelas crianças que são diagnósticas com altos níveis de hiperatividade, esse método não é recomendado, uma vez que, estimula ainda mais a interação com o meio ambiente. Todavia, é preciso verificar como a criança reage ao Teach antes de descartar a sua aplicação.

Uma outra crítica feita a esse método é que ele supostamente “robotizaria” as crianças. Em experiência, a tendência de crianças com autismo que passam por um processo consistente de aprendizado (MELO, 2007). Haveria, por assim, tanta delimitação da conduta que a criança tenderia a desenvolver suas atividades de aprendizado de forma automática e sem qualquer construção reflexiva sobre a ação.

Refletindo a aplicação do método em um estudo científico, Melo (2007) concluiu que:

Verificamos que adquirem algumas habilidades e constroem alguns significados. Mesmo que bastante restritos, se comparados com outras pessoas, representam progressos em relação às suas condições anteriores ao trabalho com o método TEACCH. (MELO, 2007, p. 01).

Mais uma vez é preciso ressaltar que a eficiência do método tem íntima ligação com aspectos externos a criança. Ou seja, para além da preparação individual para sua aplicação, é preciso que os outros sujeitos que participam

diretamente do processo de ensino e aprendizado da criança estejam preparados para lidar com o desenvolvimento daquela.

Os fatores externos ainda podem ser utilizados para potencializar os resultados desse método. Em uma sociedade que se assenta na utilização da tecnologia, em larga escala, tais recursos podem tornar-se um diferencial que levam ao sucesso da aplicação do método.

Verificando uma interação entre os recursos tecnológicos e a produção de resultados positivos, Bosa (2011), lembra que:

Dispositivos de comunicação computadorizados, a utilização de teclados intercambiáveis, de grande complexibilidade propiciam o progresso gradual das crianças com o uso de teclados com múltiplos símbolos, ajustados de maneira personalizada para a circunstância, assim com para as necessidades ou interesses do indivíduo. “Outro fator em favor do uso de computadores é que o material visual é mais bem compreendido e aceito do que o verbal. No entanto, é importante advertir que os computadores podem também aumentar ‘obsessões’ por tecnologia” (BOSA, 2011, p. 121).

Outro ponto negativo desse método que pode causar em algumas crianças é a robotização corporal e que pode também afetar na fala, então a criança começa a apresentar um modo de agir mais rígido e as falas se tornam mais curtas e diretas e que pode diminuir a socialização depois de um tempo de aplicação,

### 3 METODOLOGIA

Pesquisa de base qualitativa construídas com base nos delineamentos bibliográfico e análise documental por meio de pesquisas e leituras em livros e artigos disponíveis na base de dados do Google Scholar e da legislação específica sobre o direito de aprendizagem escolar das crianças com TEA.

Como critérios de inclusão para se proceder com a seleção do material bibliográfico e documental foram: (i) características gerais do TEA; (ii) a legislação educacional que assegura do direito de aprendizagem escolar das pessoas com TEA; (iii) métodos de ensino que favoreçam o trabalho pedagógico do professor com o aluno que tem TEA.

Dentre o material analisado, destaca-se:

AUTOR/TIPO DE TEXTO	JUSTIFICATIVA
Bosa (2000; 2006), Obra e artigo	Por estabelecer os parâmetros de aplicação do ABA.
Declaração de Salamanca	Por tratar dos direitos das crianças com deficiência que mostra que eles podem ter acesso à educação de qualidade.
Decreto-lei nº 12764 de 27 de dezembro de 2012	Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
Decreto-Lei nº 7611 de 17 de novembro de 2011	Por dispor sobre os parâmetros normativos sobre a inclusão da pessoa com deficiência

Decreto-Lei nº 9.396, 20 de dezembro de 1996	Por disciplinar os parâmetros de inclusão na educação para pessoas com deficiência.
Mantoan (2003). Livro	Por abordar e questionar os paradigmas educacionais de forma padronizada e que evitam que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação de qualidade igualitária.
Tramujas (2010)	Por estabelecer os parâmetros de aplicação do TEACH.
WHO	Por estabelecer a definição da condição do Espectro autista através do DMS-V e CDI10

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou refletir as possibilidades metodológicas dos professores atender as demandas específicas, de sala de aula, dos alunos com autismo dentro da perspectiva do ensino como instrumento do processo de inclusão. Assim, vislumbrou-se as principais dificuldades que os professores possuem ao lidar com o aluno especial na rotina escolar.

Cumprido ressaltar que no cerne a concretização dos direitos de aprendizagem da criança com autismo percebeu-se sobre a fundamental importância da construção de modelos e pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento escolar do aluno seja ele de escolas de rede pública ou privada. Tal como, uma formação acadêmica do docente que inclua, em suas matrizes curriculares, desde a concepção sobre o transtorno do espectro autista como os métodos de inclusão desse aluno na realidade das salas de aula

Para que se possa atingir uma efetiva melhoria do avanço educacional direcionado as crianças com autismo, deve-se gerar métodos de qualificação de professores, com o intuito de assegurar a transmissão de informações específicas de cada aprendizagem que a escola esteja inserida em seu ambiente para que se possa facilitar a prática pedagógica de forma adequada que envolva o aluno em questão com o restante da sala de aula de forma proveitosa para ambos.

Deste modo constata-se que a inclusão vai muito além de receber a criança na escola regular, mas incluí-la nas atividades pedagógicas e nos espaços escolares para que ocorra um acolhimento socioemocional perante os demais alunos. A aprendizagem deve ser assistida por um professor onde ambos aprendam a conviver e aprender juntos em troca de conhecimentos e experiências sempre inovando em métodos que causem interesses no desenvolvimento da criança autista.

Os métodos comportamentais agregam grandes valores positivos e que os professores podem sim começar a incluir essas formas de ensino no dia a dia em sala de aula para alcançar objetivos pedagógicos. Levando em consideração método TEACCH, em face ao ABA, ser o mais maleável dentro da sala de aula e que ajuda a criança em todos os aspectos educacionais e sociais dentro do topo para a formação do ser, sendo este o mais aceitável e que mais apresenta resultados na fala e no pensamento de forma positiva, a criança passa a ser mais projetada para o meio social estimulando em grande escala as interações sociais.

O ABA e o TEACCH, são dois métodos que podem ser aplicados em conjunto, porém cada um apresenta suas fases de inicialização para com a criança. A falta de aplicação de qualquer um dos métodos aumenta os sintomas do autismo aos níveis elevados causando na criança mais dificuldade na socialização e interação social.

Por fim, destaca-se que os professores podem utilizar ambos métodos para adaptar provas de acordo com a personalidade e limites do aluno com uma metodologia individual para tratar as deficiências específicas de cada um sempre levando a criança a ir mais além dentro de suas limitações.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, J. M. D. **A criança com autismo: os desafios da inclusão escolar**. Lisboa: Lusófona de Humanidades 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTISMO. **Autismo: guia prático**, 8ª ed. São Paulo, EDEPE, 2018.

BOSA, C. A. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Autismo: intervenções psicoeducacionais, *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 2006;28(Supl I):S47-53.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 8080, 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da República da União**, Brasília, 19 de setembro de 1990, Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 25 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1998. **Diário Oficial da República da União**, Brasília, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9656compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656compilado.htm). Acesso em: 25 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FERNANDES, F. D. M.; AMATO, C. A. H, Análise de comportamento aplicada e distúrbios do espectro do autismo: revisão de literatura. **Cadernos de Saúde**, 2013;25(3):289-96. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/codas/v25n3/16.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

GALVÃO. S. V. A prática pedagógica diante da inclusão do aluno com autismo em uma escola comum. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

GAUDERER, E. **Autismo**. Rio de Janeiro: Atheneu. 1993.

HOLLERBUSH, R. **O desenvolvimento da interação social das crianças com alteração do espectro do autismo**: estudo exploratório da influência da educação física na promoção do relacionamento interpessoal. Porto: EDFCDEF, 2001.

ITARD. **Autismo**: método ABA ou método TEACCH?. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/autismo-metodo-aba-ou-metodo-teacch/>. Acesso em: 21 de nov. de 2019.

LEVY, P. **Autismo e genética**: protocolo para o estudo das pessoas com autismo. Lisboa: Acta pediátrica, 2000.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? SP: Moderna, 2003.

MARQUES, C. Autismo: intervenção terapêutica na 1ª infância. **Revista Análise Psicológica**, a.1, p. 139–144, 1998.

\_\_\_\_\_. **Perturbações do espectro do autismo**: ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães. Lisboa: Quarteto, 2000.

MELLO, A. M. R. S. **Autismo**: guia prático. 6.ed. São Paulo : AMA ,2007

OLIVEIRA, V. **Atitude dos professores face à inclusão escolar das crianças com autismo**. Lisboa: Motricidade Humana, 2003.

RIESGO, R. S. Transtornos da aprendizagem: anatomia da aprendizagem. In:\_\_\_\_\_; **Transtornos da aprendizagem**: ABORDAGEM NEUROBIOLÓGICA E MULTIDISCIPLINAR. Porto Alegre. Artmed, 2006.

RUILOBA, J. **Introducción a la psicopatología y la psiquiatria**. Barcelona: Masson, S.A. 1999.

SILVA NETO, O. P. et alli. **G-TEA**: Uma ferramenta no auxílio da aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista, baseada na metodologia ABA (2013). Disponível em: [https://www.academia.edu/39964909/G-TEA\\_Uma\\_ferramenta\\_no\\_aux%C3%ADlio\\_da\\_aprendizagem\\_de\\_crian%C3%A7as\\_com\\_Transtorno\\_do\\_Espectro\\_Autista\\_baseada\\_na\\_metodologia\\_ABA](https://www.academia.edu/39964909/G-TEA_Uma_ferramenta_no_aux%C3%ADlio_da_aprendizagem_de_crian%C3%A7as_com_Transtorno_do_Espectro_Autista_baseada_na_metodologia_ABA). Acesso em: 15 de out. de 2019.

TRAMUJAS, J. Q. A psicopedagogia e a aprendizagem nos transtornos do espectro autista. Curitiba: EdTuiuti, 2010.

UNESCO, **Declaração de salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

WHO. **Classificação das doenças mentais da CID 10**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus por ter me guiado nessa trajetória e me tornado uma pessoa melhor me ajudando a superar todas as barreiras, mostrando-me que com a fé os sonhos se concretizam.

Agradeço a Professora Dr<sup>a</sup> Fabiola Mônica da Silva Gonçalves pela dedicação e apoio para a conclusão deste trabalho, que por meio dele eu expressei todo o meu sentimento de gratidão.

A minha família e noivo pela compreensão e motivação a nunca desistir e sempre persistir na caminhada.

A minha amiga Mariana que marcou minha vida e que me motiva todos os dias e me faz acreditar em um futuro melhor.

E por fim, mas não menos importante agradeço as minhas companheiras de curso e de vida que se fizeram presentes por meio de palavras e gestos que me apoiaram nesta caminhada.